

REFORMA TRIBUTÁRIA / A partir deste ano, municípios terão de adaptar leis, sistemas e equipes ao IVA dual, que substituirá gradualmente os tributos sobre o consumo até 2033

Prefeituras em contagem regressiva

» RAFAELA GONÇALVES

A partir de janeiro de 2026, mais de 5.500 municípios brasileiros entram, na prática, na fase de transição da Reforma Tributária, que se estenderá até 2033, em um processo que já desperta preocupação sobre o nível de preparação das administrações locais. O novo modelo cria o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual — composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de incidência regional, e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de incidência federal — e prevê a substituição gradual de cinco tributos sobre o consumo: Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) — de incidência federal —, Imposto sobre o Consumo de Mercadorias e Serviços (ICMS) — de incidência estadual — e Imposto sobre Serviços (ISS) — de incidência municipal.

A mudança impõe uma reestruturação profunda nas administrações municipais, que envolve desde a adaptação da legislação local até a modernização de sistemas fiscais, planejamento financeiro e capacitação de servidores.

Na avaliação de especialistas, trata-se de uma das maiores transformações já enfrentadas pelos entes locais. A lógica fragmentada e cumulativa do sistema atual dará lugar a um modelo baseado no princípio do destino e em uma gestão nacional compartilhada da arrecadação.

Os principais pontos de vulnerabilidade dos municípios na transição para o IBS e a CBS estão na identificação correta das situações tributáveis, na definição adequada do local de consumo, na capacidade dos sistemas municipais de operar a nova lógica tributária e na qualidade das informações contábeis, fiscais e financeiras reportadas aos sistemas federais", explicou.

De acordo com ela, operações que antes não eram tributadas ou tinham tratamento diferenciado passarão a integrar a base do novo imposto, o que exige maior precisão e organização das administrações locais.

Perfil econômico

Os impactos variam conforme o perfil econômico de cada município. Nas cidades com forte vocação comercial, turística ou agroindustrial, será necessário readequar estruturas de arrecadação e fiscalização e ampliar a integração tecnológica com os estados e com o

Preparação

Oito anos de transição
Entre 2026 e 2033, municípios terão de operar dois sistemas tributários simultaneamente

O que muda no sistema	Riscos
Saem:	» Erro sistemático.
ISS, PIS, Cofins, ICMS e IPI	» Aplicação de regras antigas a novos tributos
Entram:	» Falhas replicadas automaticamente nos sistemas
IVA dual: Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)	» Perda de receita e aumento do custo de conformidade
Nova lógica:	
Tributação no local de consumo	
Gestão compartilhada em âmbito nacional	
Principais desafios para os municípios	
Identificação correta do fato gerador do IBS e da CBS	
Definição do município competente para arrecadação	
Adaptação de sistemas fiscais, contábeis e tecnológicos	
Operação de regime híbrido (ISS e IBS) até 2033	
Capacitação técnica de servidores	

Impactos conforme o perfil das cidades

- » Turísticas, comerciais ou agroindustriais: Maior integração tecnológica com estados e Comitê Gestor
- Atenção à partilha da arrecadação do IBS
- » Com economia baseada em serviços: Transição gradual do ISS para o IBS
- Revisão de códigos tributários e reorganização administrativa

Fonte: Trevisan Escola de Negócios.

modo geral, ainda insuficiente, sobretudo nos municípios de pequeno e médio porte", disse a especialista. Ela ressaltou que não existem dados públicos consolidados que indiquem quantas administrações já adaptaram sistemas ou capacitaram equipes. "A ausência dessas métricas, por si só, já evidencia um risco institucional", avaliou.

Martos alerta ainda para o risco de "erro sistemático" nos primeiros anos da transição. "A falta de capacitação técnica pode gerar o chamado erro sistemático quando o município passa a operar o novo modelo com premissas incorretas, incorporando essas falhas aos sistemas e às decisões de gestão", afirmou.

De acordo com ela, o problema tende a ser subestimado pelos gestores, mas pode resultar em perdas significativas de receita ao longo do tempo, especialmente em um cenário em que ISS e IBS coexistirão, com regras distintas, até 2033.

Sobre o nível de preparo atual das prefeituras, a avaliação é cautelosa. "O preparo pode ser classificado como desigual e, de

modo geral, ainda insuficiente, sobretudo nos municípios de pequeno e médio porte", disse a especialista. Ela ressaltou que não existem dados públicos consolidados que indiquem quantas administrações já adaptaram sistemas ou capacitaram equipes. "A ausência dessas métricas, por si só, já evidencia um risco institucional", avaliou.

Procurada sucessivas vezes pelo **Correio**, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) não informou como as prefeituras vêm se preparando para a transição nem apresentou um diagnóstico nacional sobre o estágio de adaptação dos entes locais ao novo modelo tributário.

Do lado do governo, a Receita Federal afirma que vem estruturando mecanismos de apoio técnico e tecnológico aos municípios. Em resposta aos questionamentos, o órgão informou que, por meio do Ministério da Fazenda, oferece um pacote completo de gestão do ISS

e, agora, do IBS. "Desde a criação da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica Nacional (NFS-e), colocamos à disposição sistema emissor, módulo de administração nacional e um ambiente nacional de dados para armazenamento das notas emitidas", informou a Receita.

O Fisco também destacou a criação da Declaração de Regimes Específicos (DeRE), desenvolvida de forma conjunta por municípios, estados e União, que permitirá uma única solução para as três esferas da Federação. Além disso, garantiu que haverá compartilhamento e sincronização em tempo real de cadastros de CPF, CNPJ e imóveis.

Comitê gestor

Sobre a uniformidade e a segurança jurídica na aplicação das novas normas, o órgão esclareceu que o Comitê Gestor do IBS é uma entidade autônoma, sem subordinação ao governo federal. No entanto, a legislação criou o Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias (Chat), composto por representantes da Receita Federal e do Comitê Gestor. "Caberá ao Chat uniformizar a regulamentação e a interpretação da legislação relativa ao IBS e à CBS, prevenir litígios e decidir sobre obrigações acessórias", informou em nota.

Já em relação à capacitação, a Receita destacou que o Projeto de Lei Complementar nº 108 atribuiu ao Comitê Gestor do IBS a responsabilidade de instituir a Escola Nacional de Tributação, voltada ao aperfeiçoamento, atualização e especialização de servidores das administrações tributárias, inclusive, municipais.

Enquanto as regras ganham forma e os sistemas começam a ser testados, o consenso é que o tempo é curto e o risco, elevado. Sem investimento em capacitação e planejamento, alertam, os municípios podem enfrentar não apenas dificuldades operacionais, mas perdas relevantes de arrecadação em um momento decisivo para o novo sistema tributário brasileiro.

CARROS ELÉTRICOS

Vendas da Tesla recuam 9% e BYD lidera o mercado

A Tesla, que já foi a maior vendedora de veículos elétricos, perdeu o primeiro lugar para a chinesa BYD após relatar declínios anuais de entrega de veículos pelo segundo ano consecutivo. As vendas da Tesla caíram 9% em todo o ano de 2025 e diminuíram 16% no quarto trimestre em comparação com o ano anterior.

A empresa norte-americana, propriedade do magnata Elon Musk, divulgou dados de vendas abaixo do esperado. Realizou 418.227 entregas nos últimos três meses do ano, elevando seu total de vendas anuais para cerca de 1,64 milhão de veículos elétricos.

A fabricante está se ajustando a um cenário de compras disruptivo com o fim dos subsídios federais. A empresa de Musk viu um aumento inesperado de vendas no terceiro trimestre, quando compradores nos Estados Unidos se apressaram para aproveitar o crédito fiscal que estava expirando. No quarto trimestre, não houve incentivos especiais.

A BYD, que não vende veículos nos EUA, comunicou na noite de quinta-feira (1º), que vendeu 2,26 milhões de veículos elétricos à bateria, no ano passado, aumento de 28% em relação ao ano anterior. Para a BYD, o marco é significativo e suas ações, negociadas em Hong Kong, fecharam em alta de 3,6%.

Segundo o consenso da FactSet, os analistas previam que as vendas da Tesla no último trimestre desacelerariam menos, para cerca de 449 mil unidades. Especialistas do setor indicaram que a demanda



Em março de 2025, Donald Trump e Musk posam no Tesla comprado pelo presidente para apoiar o amigo

28%

Crescimento das vendas de veículos elétricos da BYD, em 2025, para 2,26 milhões de unidades, e, com isso, empresa chinesa ultrapassou a norte-americana Tesla que comercializou 1,64 milhão de carros no ano passado.

o mercado, incluindo robótaxis, o Cybercab sem volante e os robôs humanoides Optimus. No entanto, as vendas de carros ainda são a principal fonte de receita da Tesla, contribuindo com cerca de três quartos de sua receita.

A Tesla não atingiu as estimativas dos analistas, que eram de 422.850 entregas, de acordo com uma média de 20 projeções publicadas pela empresa. A Tesla também relatou crescimento de 49% em seu negócio de energia.

Em outubro, a Tesla lançou versões mais baratas e simplificadas

do seu popular sedan Model 3 e do SUV Model Y na tentativa de aumentar a demanda. Mesmo assim, as vendas nos EUA caíram nos primeiros dois meses do trimestre, de acordo com dados da indústria.

Em novembro, os acionistas aprovaram um novo pacote de remuneração para Musk que poderia torná-lo o primeiro trilionário do mundo, se ele conseguir aumentar o valor de mercado da Tesla para \$8,5 trilhões, enquanto atinge uma série de metas financeiras e operacionais. (AFP e Agência Estado)

APOSENTADORIA

Novo piso do INSS passa para R\$ 1.621

O piso previdenciário, valor mínimo dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), indexado ao salário mínimo, também tem o reajuste de 6,79%, para R\$ 1.621. O novo valor entrou em vigor neste mês e os pagamentos começam a ser feitos a partir do dia 26. Conforme dados do Ministério da Previdência Social, o impacto total do novo valor aos beneficiários que recebem até um salário mínimo, neste ano, será de cerca de R\$ 30,7 bilhões.

Segundo a pasta, o impacto para cada real de aumento no valor do salário mínimo, neste ano, é de R\$ 298,1 milhões. Esse cálculo considera somente os benefícios do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), ou seja, não inclui benefícios assistenciais, como Benefício de Prestação Contínua (BPC) e Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Aproximadamente 21,9 milhões de beneficiários têm o valor de até um salário mínimo. Esse número corresponde a 62,5% do total de 35,15 milhões de beneficiários do RGPS, informou a pasta.

O aumento do piso previdenciário não altera os valores dos benefícios acima do mínimo, já que esses benefícios serão reajustados conforme a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) entre dezembro de 2024 e dezembro de 2025. O INPC de dezembro será divulgado no próximo dia 9.